
TERRITÓRIO DA CIDADANIA ARAGUAIA/XINGU-MT E AGRICULTURA FAMILIAR: INTERESSES E RESISTÊNCIAS

TERRITORY OF ARAGUAIA / XINGU-MT CITIZENSHIP AND FAMILY AGRICULTURE: INTERESTS AND RESISTANCES

Luciana Pinheiro Viegas¹
Rúbia Elza Martins de Sousa²
Antonio Gilberto Viegas da Silva³

RESUMO: Este artigo é parte dos resultados de tese de doutorado desenvolvida na UFF e tem o objetivo de identificar interesses em processo de cooptação aos movimentos sociais de resistência, em especial os agricultores familiares do Território Araguaia/Xingu. Metodologicamente, foi identificada necessidade da busca por procedimentos técnicos e cotidianos, compostos por pesquisa documental, pesquisa de campo com observação participante, além das entrevistas diretas com responsáveis em organizações representativas dos agricultores e representantes de movimentos sociais. Desta forma, a discussão caminhou no sentido de garantir um corpo teórico capaz de proporcionar discussões que revelassem a diversidade do território, territorialidades e suas categorias de análise e, ainda, estabelecer, a partir da base teórico-conceitual, eixos de investigação a fim de alcançar o objetivo proposto.

Palavras-chave: Território. Territorialidade. Agricultura Familiar. Movimentos Sociais. Resistência.

ABSTRACT: This article is part of the results of a doctoral thesis developed at UFF and aims to identify interests in a cooptation process to social resistance movements, specially the family farmers of the Araguaia / Xingu Territory. Methodologically, it was identified the need to search technical and daily procedures, composed of documentary research, field research with participant observation, as well as directing interviews in representatives organizations from family farmers and social movements representants. In this way, the methodological discussion was aimed at guaranteeing a theoretical body able to provide discussions that revealed the territorial diversity, territorialities and their analysis categories, and also to establish, from the theoretical-conceptual basis, axes of investigation in order to achieve the proposed objective.

Keywords: Territory. Territoriality. Family Farming. Social Movements. Resistance.

1 Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. E-mail: lucianapviegas@yahoo.com.br

2 Universidade Federal de Goiás – UFG. E-mail: rrubialza@gmail.com

3 Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. E-mail: gviegas@terra.com.br

Artigo recebido em julho de 2018 e aceito para publicação em dezembro de 2018.

APRESENTAÇÃO

O Mato Grosso apresenta um dinamismo na constituição de novos espaços de produção que configura o atual cenário do Estado, voltado, em grande parte, para as grandes corporações, possibilitando novos usos do território, de forma excludente e desigual, ou seja, presenciamos, como aponta Bernardes (2009, p. 26), a “substituição de atividades menos rentáveis por outras mais lucrativas (...)” que acabam por inviabilizar a sobrevivência dos agricultores familiares na área, aumentando o trabalho temporário e sua precarização, caracterizando uma leitura do território voltada para a ação política, em detrimento dos interesses da agricultura familiar.

Este artigo é parte dos resultados da tese de doutorado desenvolvida e defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF). A partir dessa reflexão, este artigo tem o objetivo de identificar interesses em um processo de cooptação aos movimentos sociais de resistência, em especial os agricultores familiares do Território Araguaia/Xingu.

Metodologicamente, foi identificada a necessidade da busca por procedimentos técnicos e cotidianos, compostos por pesquisa documental, junto aos órgãos públicos (MDA, CONTAG, SEDER), partindo de levantamento histórico da política de desenvolvimento territorial, estratégias, ações e funções contempladas pela agricultura familiar; pesquisa de campo, com observação participante (em reuniões do Colegiado Territorial, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais dos municípios, associações e, ainda, acompanhamento de visitas técnicas com funcionários do INCRA de São Félix do Araguaia), além das entrevistas diretas com responsáveis em organizações representativas dos agricultores familiares e representantes de movimentos sociais.

Desta forma, a discussão metodológica aconteceu em dois momentos. O primeiro foi a construção do aporte teórico, a fim de garantir um corpo teórico capaz de proporcionar discussões que revelassem a diversidade do território, territorialidades e suas categorias de análise. O segundo momento foi para estabelecer, a partir da base teórico-conceitual, eixos de investigação a fim de alcançar o objetivo proposto.

Como elementos teórico-metodológicos, utilizamos os modelos de interpretação de políticas públicas com base em Souza (2007); Schneider (2014) e Howlett, Ramesh e Perl (2012), enfatizando a visão pluralista, ou seja, aquela que tem o Estado como multiplicidade de manifestações que advêm da sociedade organizada, a sociedade composta por vários grupos ou centros de poder como as representações dos agricultores familiares.

Nesse contexto, as políticas públicas podem ser traduzidas em seu processo de elaboração, implementação, sobretudo em seus resultados, como formas de exercício do poder político envolvendo uma arena política onde acontecem conflitos, tomada de decisões, seleção de prioridades, articulações, busca de parcerias, que sempre devem ser voltadas para o coletivo e visar ao desenvolvimento territorial.

Destarte, foi na busca por modelo alternativo de desenvolvimento, a partir da redemocratização brasileira, que se deu início à discussão e desenvolvimento de ações de políticas públicas que fossem capazes de incluir um grupo diversificado de excluídos do processo de modernização, resultado do modelo de desenvolvimento vigente até então.

Essas mudanças configuram novas formas de gestão, voltadas para processos de planejamento participativo, que proporcionam maior aproximação com agricultores familiares, facilitando a interlocução e, conseqüentemente, diluindo ações de políticas públicas concentradas apenas na escala federal, fazendo-as percorrer as diversas escalas da ação política (DELGADO; BONNAL; LEITE, 2007).

Contudo, foi na década de 1960 que, com a conquista dos espaços de participação, aqui tratados como arenas políticas, os movimentos sociais começaram a se organizar e ampliar suas reivindicações por direitos, por reconhecimento como categoria social e pelo acesso a políticas adequadas, além de oportunizar a construção de uma cultura democrática, visto que sua concretização foi limitada e enfrentou inúmeros desafios, já que os municípios eram os locais onde estavam, não apenas “o povo” ou, como defendem Hardt e Negri (2005), a multidão (utilizando esse conceito para manter as diferenças sociais, a multiplicidade social)⁴, mas também onde se encontrava um grupo conservador e obsoleto, o das oligarquias tradicionais.

Essas oligarquias se manifestavam, principalmente, nas prefeituras municipais e câmaras de vereadores. Com isso, em meio a uma gestão democrática, o fundamental se tornou a luta pela conquista da autonomia das arenas políticas em relação às instâncias de poder estatal (DELGADO; BONNAL; LEITE, 2007).

Com isso, para fins legais de constituição de uma escala intermediária foram criados os arranjos socioprodutivos locais – Territórios Rurais do MDA, os Consórcios Nacionais de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local – CONSADs do MDS e, mais recentemente, os Territórios da Cidadania.

O Programa Territórios da Cidadania foi construído a partir de ações direcionadas à agricultura familiar, com o objetivo de fortalecê-las e as dinamizar, garantindo, de forma participativa e cidadã, a manutenção do agricultor familiar em seu ambiente rural, enquanto protagonista da reprodução social na unidade de produção.

Diante das características e objetivos da Política de Territórios, importante conhecer a região Araguaia/Xingu, marcada por conflitos de terra e sua ocupação se deu por meio de projetos de colonização particular, o que configurou um território bastante assimétrico do ponto de vista socioeconômico. Nessa trajetória de luta, cabe destacar a forte e importante presença de grupos de base da igreja católica, organizações não governamentais (ONGs) e os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais na intermediação dos conflitos agrários e no próprio processo de ocupação (BRASIL, 2006).

Em linhas gerais, o Território Araguaia/Xingu faz parte do Programa do Governo Federal Territórios da Cidadania, lançado em 2008, coordenado pela Casa Civil da Presidência da República, e sua Secretaria Executiva é conduzida pelo extinto Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA, mobilizando dezenove (19) ministérios, sendo eles: Desenvolvimento Agrário/INCRA, Desenvolvimento Social, Saúde, Educação, Integração Nacional, Trabalho e Emprego, Meio Ambiente, Cidades, Minas e Energias, Secretaria de Políticas para as Mulheres, Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, Secretaria de Aquicultura e Pesca, Justiça/Funai, Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretaria Geral, Planejamento, Secretaria de Relações Institucionais, Casa Civil (BRASIL, 2007).

O Programa Territórios da Cidadania é uma tentativa de diminuir as assimetrias regionais no meio rural, utilizando a estratégia de desenvolvimento regional. No ano de seu lançamento foram instalados sessenta (60) Territórios da Cidadania e, em 2009, foi lançada meta de cento e vinte (120) Territórios da Cidadania em todo o país. Esses territórios foram selecionados segundo critério de baixo dinamismo econômico, com baixo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, sobretudo, priorizando os territórios que Ortega (2008) denomina de deprimidos (BRASIL, 2006).

Contudo, vale destacar que as pesquisas de campo dependiam da disponibilidade dos atores sociais representativos dos agricultores familiares, do poder público ou quando havia reunião agendada, haja vista a grande distância entre os municípios que compõem o Território Araguaia/Xingu e as condições de acesso que, no início das pesquisas ainda se encontravam, grande parte, sem pavimentação.

Assim, no período de maio de 2012 a abril de 2013, foram realizados cinco campos para coleta de informações por meio de entrevistas não diretivas, pesquisas no arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia, conversas informais e participação em reuniões de articulação e estruturação de organizações da sociedade civil que compõem este território.

Essas idas à campo eram realizadas por meio de transporte coletivo que saía da cidade de Nova Xavantina, por volta de 1h da madrugada e seguia por estrada pavimentada até o Município de Ribeirão Cascalheira, distante cerca de 233 Km. Na sequência, era realizada baldeação (troca de ônibus) para seguir por mais 267 Km em estrada não pavimentada. As coletas em outros municípios foram realizadas com o apoio do Incra de São Félix do Araguaia e do Sindicato dos Trabalhadores rurais deste mesmo município.

REFLEXÕES ACERCA DO CONCEITO DE TERRITÓRIO

Na Geografia, o conceito de território teve grande expressividade em alguns momentos e pouca expressividade em outros, e esteve sempre em consonância com os métodos utilizados e valores político-ideológicos dos pesquisadores. No século XIX, Ratzel, um dos cientistas mais destacados da Alemanha, foi quem primeiro utilizou o sentido político da palavra território e sua relação direta com a dinâmica de poder do Estado. As interpretações consecutivas não contestaram o fato de o Estado aparecer como o único detentor do poder.

Assim sendo, para Raffestin (1993), no século XX, a Geografia foi uma Geografia do Estado, ou seja, “a escala é dada pelo Estado [...], trata-se de uma geografia inidimensional, o que não é aceitável, na medida em que existem múltiplos poderes que se manifestam nas estratégias regionais ou locais [...]”, como os representados nas diferentes formas de organização da sociedade civil em busca de interesses coletivos formando suas territorialidades; esse é um conceito clássico de território na Geografia (RAFFESTIN, 1993, p. 17).

O avanço nas reflexões sobre o conceito de território destaca ainda pensadores como o filósofo Deleuze (1992; 2010) e o psicanalista Guattari (1992; 2010), ambos considerados pensadores radicais, a partir da segunda metade do século XX, no que se refere à interpretação da constituição dos sujeitos e da formação do território.

Michel Foucault, filósofo reverenciado por certo pensamento crítico, à esquerda e, ao mesmo tempo, atacado pelo seu pensamento conservador, à direita, também contribuiu para a requalificação do sentido de território. Considerando-se que o núcleo epistemológico do território é o poder, as contribuições de Foucault são fundamentais para o debate do território. Ele afirma que, sempre, onde há poder, há resistência, pois a resistência não é o outro do poder. Seu conceito de poder está diretamente ligado a sua posição política e ele o trata como prática, empiria.

A concepção de território também se baseia nas ideias de Karl Marx, quando da abordagem materialista para tratar a desterritorialização e reterritorialização. A compreensão era a de que as mudanças ocorridas no sistema de produção vigente (capitalista), nas relações de trabalho e nas formas e conteúdos propostos pelas sociedades, deveriam ser compreendidas como processos que se desterritorializam e se reterritorializam em diferentes lugares, tempos e circuitos.

Diante da multiplicidade de interpretação do conceito de território, o ponto de partida é que o território é um recorte espacial sobre o qual se projetam ações sociais, relações de poder e um arranjo material.

De acordo com Haesbaert (2001), é importante analisar o território em sua multiplicidade de manifestações, incorporadas através de seus múltiplos sujeitos, tanto do dominador, com

lutas hegemônicas, quanto dos dominados, com lutas de resistência, com sobreposições de territorialidades constitutivas das relações sociais, que no território se desdobram.

Se há interesses assimétricos, conflitos, estratégias, cooptações e resistências, o território sinaliza para disputas e lutas entre arenas políticas constituídas.

Diante da discussão a respeito das diversas abordagens do conceito de território, vale destacar momentos em que o conceito de território se confunde e/ou se complementa ao conceito de região, já que ambos se encontram na base da geografia política atenta para a distribuição da população humana na superfície terrestre de forma desigual, numa escala mais ampla. E se esta análise for realizada em uma escala local, a representação continua real, visto que os conflitos se desdobram no território pela presença e prática do poder do dominador sobre aqueles que são dominados, justamente por uma distribuição (humana, social e cultural) desigual (HAESBAERT; PEREIRA; RIBEIRO, 2012).

Como a região tem um sentido de unidade administrativa, sendo “a divisão regional o meio pelo qual se exerce frequentemente a hierarquia e o controle na administração dos Estados [...]”, o território enquanto espaço de governança se confunde com essa região que é uma realidade “concreta, física [...] e serve como referência para a população que nela vive (GOMES, 2010, p. 57).

Contudo, quando da elaboração de políticas de desenvolvimento territorial, há uma dificuldade de compreensão dos interesses, ações, relações e conflitos entre instituições e as diferentes territorialidades pré-existentes. Assim sendo, uma das categorias de análise do conceito de território, que se considera importante para dar conta dos conflitos nos processos de cooptação é a de arena política, que será aprofundada em outra oportunidade.

CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO ARAGUAIA/XINGU E A AGRICULTURA FAMILIAR

O Território Araguaia/Xingu é composto por quinze (15) municípios, distantes cerca de 1.100 Km da capital do Estado e possui, como limites naturais, o Rio Xingu à Oeste e o Rio Araguaia à Leste. O perfil demográfico desse território, de acordo com o diagnóstico apresentado no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS, realizado em 2006, baseado em dados oficiais estaduais e federais, como IBGE e Secretarias de Governo do Estado de Mato Grosso, apresenta dados analisados a partir de pesquisas de campo com participações em reuniões do Colegiado Territorial e de outras instituições representativas das territorialidades daquele território.

Neste recorte, há uma diferenciação interna, a saber: de um lado, há os municípios localizados às margens do Rio Araguaia, com populações migrantes nordestinas, como por exemplo, o Município de São Félix do Araguaia e, do outro lado, há os municípios do interior, às margens da BR-158, como Confresa e Vila Rica, com projetos de colonização privados, por meio da implantação de projetos de assentamentos do Programa Nacional de Reforma Agrária.

Os fluxos migratórios aconteceram em dois momentos, de acordo com o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS (2006). O primeiro momento foi marcado pelo fluxo de migrantes nordestinos que atravessavam o Rio Araguaia em busca do “Sertão Verde” (de acordo com profecias de Padre Cícero), quando houve os primeiros contatos com os indígenas, causando conflitos entre esses povos. O segundo momento aconteceu por meio da implantação de projetos de colonização e assentamentos, e veio da crença de terras férteis e ausência de conflitos.

Por fim, marcando um cenário que tem seus rebatimentos na atualidade, refletindo na configuração atual deste território, tem-se a chegada de grandes empreendimentos agropecuários,

o que acentua os conflitos ainda não resolvidos pela posse da terra, principalmente, com os posseiros que já estavam fixados no território desde as primeiras migrações nordestinas.

Devido à grande extensão de terras que compõe o Território Araguaia/Xingu e às distâncias entre os povoados e as sedes municipais e, entre estas e os centros de decisão estaduais e federais, com destaque para a falta de estradas, dificultando o acesso e linhas de comunicação regulares até o final da década de 1960, pode-se apontar, claramente, a precarização das políticas do Estado na região, o que vai ao encontro das palavras do ex-Bispo Pedro Casaldáliga, expressas mais adiante.

O Território Araguaia/Xingu possui 11,40% da área total do Estado. Em média, os municípios que formam o território possuem somente 6.328 habitantes, sendo o território responsável por quase 10% da população rural total do Estado. Em média, quase 50% da população é moradora das áreas rurais (BRASIL, 2006).

Diante disso, ainda no final da década de 1960, com a chegada do Bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia, D. Pedro Casaldáliga, a região do Araguaia/Xingu passou a ter uma dinâmica própria, voltada para questões sociais fomentadas por setores progressistas da igreja católica, cuja ação na região foi intensificada a partir das ações dos padres e de lideranças dos movimentos sociais.

Vale destacar a importância de povos indígenas, oficialmente contemplados neste novo enfoque territorial, embora nunca tenham sido contemplados nesse novo enfoque territorial, assim como nunca foram chamados a participar de discussões e proposições de políticas públicas que atendessem suas demandas.

A região do Araguaia/Xingu é marcada por conflitos de terra e sua ocupação se deu por meio de projetos de colonização particular, o que configurou um território bastante assimétrico do ponto de vista socioeconômico. Nessa trajetória de luta, cabe destacar a forte e importante presença de grupos de base da igreja católica, organizações não-governamentais (ONGs) e os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais na intermediação dos conflitos agrários e no próprio processo de ocupação (BRASIL, 2006).

Em entrevista, Casaldáliga fala de sua chegada à região em 1968, na ditadura militar, em que encontrou um clima de tensão, conflitos de interesse, visto que esta região era conhecida como “Vale dos Esquecidos”, como afirma o ex-Bispo, referindo-se à ausência do Estado nas ações de políticas públicas voltadas para este território:

[...] as pessoas têm chamado essa região de “Vale dos Esquecidos”, o Estado sempre esteve muito ausente, essa é a verdade. Eu cheguei na época da Ditadura Militar, em 1968, o que se fez presente foi o latifúndio financiado pela SUDAM. Se abriu um espaço que, para os olhos públicos oficiais, era espaço de ninguém, índios não contavam, os posseiros que chegavam do Nordeste, sobretudo do Maranhão, não contavam [...] o que contava era o latifúndio financiado, era para ocupar a região da Amazônia Legal que consideravam desocupada [...] (INFORMAÇÃO VERBAL, 2012)⁵

Diante de tal cenário, emerge uma mobilização política estimulada pelo bispo e sua equipe, por meio de uma “carta de encorajamento ao povo da Prelazia de São Félix-MT”, escrita pelo próprio bispo em que demonstrava, em alguns trechos, incentivo ao protagonismo do povo daquele território,

[...] Quem somos vocês sabem, vocês sabem o que a gente faz. Vocês sabem se somos “terroristas”, “comunistas”, “subversivos...”

Você e o senhor são os melhores juízes da gente.

Percorrendo a região e vivendo no meio de vocês é que fomos sentindo quais eram as maiores dificuldades e sofrimentos do povo da Prelazia:

- Problemas de terras para os posseiros, em lutas com as grandes companhias ou fazendas;
- Má administração e politicagem das autoridades locais;
- Desatendimento total em saúde, em ensino, em comunicações;
- Escravidão dos peões das fazendas agropecuárias;
- Arbitrariedade da Polícia Militar; [...]

(CASALDÁLIGA, 1973).⁶

E ainda complementa dizendo, “a gente não podia olhar tudo isso de braços cruzados [...] era preciso gritar, agir, mesmo com risco da gente. E tentamos gritar e agir na medida de nossas possibilidades.”

Assim sendo, vale destacar que, apesar de escrita em junho de 1973, a carta de encorajamento aponta ausência de políticas sociais do Estado naquele território, que são vividas até os dias atuais. Observa-se, claramente, a fraca participação do Estado em ações de políticas públicas capazes de proporcionar desenvolvimento social. Mas, nas palavras do ex-Bispo, verifica-se a forte presença e hegemonia de oligarquias rurais que atuam apoiadas pelo aparelho de Estado.

Quando de sua chegada, ainda comenta Casaldáliga,

[...] os migrantes e grandes posseiros ainda não tinham a consciência muito clara de estarem no Mato Grosso ou estarem no Pará, viam a divisa do Estado meio por cima [...]. Seguiu a repressão, repressão violenta, e apareceu o aparato da ditadura militar, com as operações Ação Cívico Social do Exército – ACSE (operações de repressão), vinham o exército, polícia federal, aeronáutica, marinha, quatro operações ACSE, tudo justificado para a Guerrilha do Araguaia abrangendo áreas da Prelazia de São Félix. Mas a guerrilha não chegou aqui, eles não viram isso, a Guerrilha foi no Sul do Pará e no Tocantins. Aqui não se deu a Guerrilha. Mas chegaram esses rapazes de Brasília, que trabalham conosco, e a presença deles, para a Ditadura, só poderia ser justificada, se participassem da Guerrilha, eles não podiam compreender que isso é um “desserviço ao povo.” (INFORMAÇÃO VERBAL, 2012).⁷

No contexto da Ditadura, aconteceram muitas prisões, torturas e repressão violenta aos direitos civis. Casaldáliga conta que o projeto do Estado para o território em tela não contemplava a reforma agrária, nem as comunidades tradicionais. Tal herança ainda persiste quando se observa a política dos territórios.

De acordo com o delegado federal do território, quanto à política dos territórios, foram revelados alguns conflitos ao longo da execução de ações do programa, conflitos esses entre o poder público e a iniciativa privada tanto em nível regional, quanto territorial, e que acabaram revelando outras fragilidades como o baixo grau de organização e articulação da sociedade civil, da agricultura familiar e suas representações (associações, sindicatos), assim como do próprio poder público, representado pela prefeitura e suas secretarias. Essa falta de organização das prefeituras e de outros órgãos regionais, somada ao baixo grau de articulação, fazem com que suas ações aconteçam de forma individualizada, sem perspectiva regional estabelecendo, desta forma, uma disputa por recursos de poder, muitas vezes com a presença conflituosa de prefeitos.

Diante disso, cabem maiores esclarecimentos à sociedade civil organizada e suas representações sobre as ações a serem desenvolvidas e sua participação nas discussões, pois o enfoque territorial se constitui de ações mais locais, ou seja, territoriais/intermunicipais que ultrapassam os limites político-administrativos dos municípios, perpassando às várias escalas geográficas de ação com seus recursos de poder e rebatimentos territoriais na agricultura familiar.

A possibilidade de abertura de espaços de participação que aqui estamos tratando como arena política entre os atores sociais, suas representações e o poder público, traz a valorização dos saberes envolvidos com a agricultura familiar.

Como o Território Araguaia/Xingu foi apropriado, em grande parte, por empresas privadas, ou seja, por colonizadoras particulares, então, as forças hegemônicas acabaram por se apropriar da maior parte das terras, reforçando e aprofundando as assimetrias sociais.

Com características peculiares, o Araguaia/Xingu tem sua história de luta protagonizada por grupos sociais que têm suas ações políticas apoiadas pela igreja católica. Isso pode ser observado mais fortemente a partir do segundo mandato do Governo Lula, em que sinalizava fraqueza diante das pressões em favor de uma política econômica conservadora, em nome do agronegócio e demais setores exportadores, com a finalidade de gerar *superávit* comercial e manter a credibilidade internacional junto aos credores (POLETTI, 2010).

Importante destacar, neste momento, o engajamento das igrejas cristãs na mobilização social favorável à redistribuição da terra e à promoção dos direitos no espaço rural. A situação, na década de 1970, era favorável ao avanço dos empreendimentos agropecuários, que caminhavam na contramão dos anseios da população que não era integrada a esse modelo.

Diante disso, a igreja, prelada por D. Pedro Casaldáliga, coloca-se, em depoimento na CPI da terra, com a missão profética de denúncia, reivindicação e suplência, visto que entidades de classe, fazendo referência aos sindicatos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais não têm a liberdade nem a representatividade necessárias em suas ações, além de não interessar ao poder público resolver o problema (CASALDÁLIGA, 1977).

A concepção de território para a agricultura familiar está fundamentada em bases conceituais e materiais, apresentadas nos espaços de participação e discussão dos agricultores e agricultoras familiares⁸ e suas diferentes formas de representação e de organização socioespacial. Dentre as categorias de análise da agricultura familiar, destacam-se ainda a diversidade de suas atividades e as estratégias discutidas e articuladas como garantia da participação democrática e coletiva dos agricultores. Nesse contexto, emergem as arenas políticas desses agricultores em contraposição às tramas políticas do Estado para a agricultura brasileira. Nessa arena participam produtores familiares, a Comissão Pastoral da Terra, sindicatos, Confederações, partidos políticos, professores universitários, estudantes e representantes da administração pública.

O território da agricultura familiar é mais que um local de produzir riqueza, de produzir trabalho, é um lugar também da construção do ser, dos sujeitos, de uma identidade. A partir do momento em que esses sujeitos perdem a posse da terra, pode-se dizer que houve uma desterritorialização, a perda de suas raízes.

Contudo, vale evidenciar que a política territorial do Estado para a agricultura familiar tende a homogeneizar paisagens produtivas. Logo, chama atenção, a multiplicidade de singularidades representadas pela agricultura familiar. Dessa forma, a política deve ser reconhecida como representações sociais diversas e contribui para a composição do ordenamento territorial das múltiplas arenas políticas dos atores em tensão, conforme aponta Buarque e Lima (2005).

A agricultura familiar busca, em seus espaços de participação, discutir o território carregado de estratégias, ações e laços de afetividade. Porém, ela tem sido alvo de políticas do Estado, de modo a inseri-las em novos arranjos produtivos funcionais à lógica capitalista. É esse ponto que se torna especial para análise do processo de cooptação aos movimentos sociais de resistência, especificamente aos agricultores familiares do Território da Cidadania Araguaia/Xingu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na atualidade, a região Centro-Oeste possui uma singularidade que é marcada pela intensa expansão do agronegócio e, ao mesmo tempo, pela pequena representação da agricultura familiar. Isso é resultado de um processo de colonização que foi fortalecido por meio das políticas do governo militar, durante a ditadura militar 1960/1980. Com o processo de colonização privado, muitas empresas foram beneficiadas com políticas de subsídios, o que possibilitou a rápida territorialização da região (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2012).

Assim sendo, devemos situar no espaço-tempo, a inserção e o avanço das grandes corporações no Território Araguaia/Xingu, inseridas no contexto da modernização da agricultura, especialmente no da Revolução Verde, o que refletiu diretamente no processo de ocupação dos “espaços vazios” daquela região, configurando um território assimétrico, principalmente com relação ao acesso à terra e às tecnologias.

Desta forma, as ações práticas seguem na contramão dos discursos ideológicos dessa política, em se tratando do Território Araguaia/Xingu, haja vista que é possível perceber que o poder das oligarquias locais predomina a partir do momento que alguns grupos tentam assumir o papel de protagonistas, muito embora ainda tenham uma participação pouco expressiva nas ações programáticas de infraestrutura e serviços dos territórios rurais.

Importante apontarmos que, se compararmos o volume de recursos destinados aos programas de enfoque territorial, cujos beneficiários são agricultores familiares, assentados da reforma agrária e comunidades tradicionais, constata-se que, para este grupo, o volume destinado é muito menor do que aquele destinado ao agronegócio, o que sinaliza para uma ação compensatória e não uma política estruturante capaz de alterar as relações de dominação e, conseqüentemente o processo de cooptação entre forças dominantes sobre grupos subalternizados, sobretudo, com relação ao acesso à terra.

Diante desse contexto, faz parte do cenário dessa política, os colegiados territoriais; estes têm papel consultivo e de controle social nas diversas funções da agricultura familiar contempladas no Programa, além de articulação e mobilização junto aos órgãos Estaduais e Municipais; eles têm autonomia enquanto coletivo para encaminhar demandas em forma de projetos territoriais que se materializam em Planos de Trabalho. É neste momento que uma diversidade de vozes tem participação, porém, dentro dos limites das normas impostas por este instrumento de contratação e do consenso manifestado na coletividade daquela arena política.

Mesmo diante desses espaços proporcionados pela política territorial, são identificadas fragilidades no processo de participação, quando da elaboração dos planos de trabalho pelo público beneficiário, havendo manipulação por parte da elite local, que se aproveita dessas fragilidades.

Contudo, o enfoque territorial trouxe inovações em uma política operacionalizada durante décadas, que pensava o desenvolvimento rural dentro dos limites político-administrativos dos municípios. Esse novo enfoque contribuiu para o fortalecimento dos espaços públicos de participação, que abrangem, em média, um conjunto heterogêneo de 15 municípios denominados de território, onde uma diversidade de atores, movimentos sociais, instituições e governos puderam interagir para tomada de decisão sobre alocação dos recursos federais, restritos e localizados

em entidades da sociedade civil e prefeituras municipais. Por outro lado, nas arenas existentes e dominadas por oligarquias nascidas ainda no processo de ocupação daquela área, estes tiveram que se adaptar à nova abordagem, porém, sem perder o controle de seu espaço, ou melhor, território.

A priorização da função produtiva da agricultura é discutida em reuniões do Colegiado Territorial, nas quais as demandas são construídas dentro de um modelo elaborado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, como pôde ser observado em participações nas reuniões, quando eram sugeridas algumas alternativas postas em votação, destacando que estas eram limitadas e nem sempre atendiam às demandas dos agricultores, já que o prazo estava sempre por encerrar, não havendo mais tempo hábil para discussões, prevalecendo, então, as sugestões e opiniões de um determinado grupo que detém o poder de decisão sobre os demais. Geralmente, esse grupo é composto por pessoas que fazem parte de uma oligarquia local, o que é bastante característico nos pequenos municípios do interior do Estado de Mato Grosso.

Apesar desse entrave na execução das ações de políticas territoriais no Território Araguaia/Xingu, é importante reconhecer os avanços no enfoque territorial dessa política, haja vista que é fato observar o exercício da cidadania, solidariedade e, sobretudo, participação, realizado para proporcionar a interação entre os atores sociais envolvidos nesta política, quando o desafio é trazer impactos positivos para uma coletividade heterogênea. Esta dinâmica pode ser observada por meio dos movimentos sociais, quando estes chamam a atenção, a todo tempo, de seus companheiros, para pensarem ações que sejam disseminadas para uma heterogeneidade de singularidades e não apenas em um município isoladamente.

Destarte, é necessário romper com modelos fechados de políticas públicas e partir para um redesenho que atenda as especificidades de demandas das territorialidades; não podemos reduzir os agricultores familiares a uma única categoria, eles são diferentes entre si, formam uma diversidade que busca atender uma coletividade, são partes diversificadas que formam um todo em sua heterogeneidade.

Com isso, ao desvelar as disputas envolvidas, no caso do Mato Grosso, especialmente em suas áreas rurais, nos territórios envolvidos na política dos Territórios da Cidadania, estamos nos referindo a uma correlação de forças assimétricas, historicamente bem enraizadas, com aplicação de recursos sendo discutidas nas arenas políticas, mas agora não somente com um município, e sim um conjunto deles.

Assim sendo, é importante destacar a fundamental necessidade de investimentos públicos e privados focados nos territórios, a proteção social dos grupos mais frágeis, a informação, a capacitação e assistência técnica de qualidade, sem esquecer os enfoques transversais temáticos de grande importância, tais como gênero e etnia.

NOTAS

4 Hardt e Negri discutem o conceito de “multidão” quando prescrevem a verdadeira democracia e alertam para a necessidade de esquecer conceitos ultrapassados como classe trabalhadora e proletariado, que já não dão conta das complexidades envolvendo etnia, raça, gênero e classes da contemporaneidade.

5 Informação apresentada por P.C., em entrevista realizada pela pesquisadora, mai./2012.

6 Trecho da Carta de Encorajamento do Povo da Prelazia de São Félix, MT, 1973.

7 Informação apresentada por P.C. em entrevista realizada pela pesquisadora, em maio/2013.

8 A relevância para distinção de gênero, neste caso, representa as diversas conquistas das mulheres ao longo da história em constantes lutas no campo por direitos e reconhecimento como trabalhadoras, agricultoras familiares.

REFERÊNCIAS

- BERNARDES, J. A. Modernização: a lógica do capital e o direito dos excluídos. In: ARUZZO, R. C.; BERNARDES, J. A. **Novas fronteiras da técnica no Vale do Araguaia**. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2009.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT. **Referências para a gestão social dos Territórios Rurais**: guia para o controle social. Brasília: MDA, SDT, 2006.
- BRASIL. Secretaria de Desenvolvimento Territorial– SDT. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS**, 2006.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Programas Territórios Rurais**, 2007. Disponível em: http://www.mda.gov.br/portal/sdt/programas/Territorios_rurais. Acesso em: 29 maio 2013.
- BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA; Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, 2006. **Ações do Governo Federal no Território Baixo Araguaia**, 2013.
- BUARQUE, S. C.; LIMA, R. **Manual de estratégia de desenvolvimento para aglomerações urbanas**. Brasília, IPEA, 2005.
- CASALDÁLIGA, P. **Carta de encorajamento ao povo de São Félix**, 1973.
- CASALDÁLIGA, P. **Questão Agrária**: uma questão política. Depoimento de D. Pedro Casaldáliga, Bispo de São Félix do Araguaia, perante a CPI da Terra. Brasília, 1977.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O que é filosofia?** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- _____. _____. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2010.
- DELGADO, N. G.; BONNAL, P.; LEITE, S. P. **Desenvolvimento territorial**: articulação de políticas públicas e atores sociais. Observatório de Políticas Públicas para a agricultura: IICA – OPPA/CPDA/UFRRJ, 2007.
- GOMES, P. C. da C. O conceito de região e sua discussão. In.: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L (Orgs.). **Geografia**: conceitos e temas, 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- HAESBAERT, R. **O Mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- HAESBAERT, R.; PEREIRA, S. N.; RIBEIRO, G. (Orgs.) **Vidal, Vidais**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2012.
- HARDT, M.; NEGRI, A. **Multidão**: guerra e democracia na era do império. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. **Políticas Públicas, seus ciclos e subsistemas**: uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- FERNANDES, B. M.; WELCH, C.; GONÇALVES, E. C. **Políticas Fundiárias no Brasil**: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil. Roma: International Land Coalition, 2012. Framing the Debate Series, nº 2.
- ORTEGA, A. C. **Territórios Deprimidos**: desafios para as políticas de desenvolvimento rural. Campinas, SP: Alínea; Uberlândia, MG: Edufu, 2008.
- POLETTI, I. A Igreja, a CPT e a Mobilização pela Reforma Agrária. In.: CARTER, M. **Combatendo a desigualdade social**: o MST e a reforma agraria no Brasil, 2010.
- RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo, 1993.
- SCHNEIDER, A. L. Orientação política para a pesquisa de avaliação: evolução histórica e guia prático. In.: HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. (Orgs). **Políticas Públicas e Desenvolvimento**: bases epistemológicas e modelos de análise. 3. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2014.
- SOUZA, C. Estado da Arte da pesquisa em políticas públicas. In.: HOCHMAN, G. ARRETECHE, M. MARQUES, E. (Orgs). **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.